

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – MARÇO/2021

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 19	Os órgãos públicos do Poder Executivo do Município, a Câmara, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pela administração pública do Município, bem como, os consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício, devem recolher, por meio do DARF, o Imposto de Renda retido sobre serviço prestado sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), honorários de sucumbência, aluguéis, ou, sobre os pagamentos à outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, relativo ao mês de fevereiro de 2021. OBS.: O recolhimento deverá acontecer somente quando houver a retenção de Imposto de Renda sobre rendimentos pagos em alguma das hipóteses elencadas nesta ocorrência.	Arts. 724, 787 c/c inciso V, do artigo 930, do Decreto nº 9.580/2018 (RIRR/2018); e alínea "e", do inciso I, do artigo 70, da Lei nº 11.196/2005 c/c inciso I, do artigo 105, da Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014.
Até dia 19	A Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações instituídas e mantidas pelo Município, devem repassar à Prefeitura o produto da arrecadação do Imposto de Renda retido sobre os proventos dos seus servidores, pagos a qualquer título (folha de pagamento de salários), retido no mês anterior.	Inc. I, do artigo 158, da Constituição Federal c/c artigo 933, do Decreto nº 9.580/2018 (RIR/2018).
Até dia 19	Os órgãos públicos devem efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes de Reclamatória Trabalhista sob os códigos 1708, 2801, 2810, 2909 e 2917, caso a sentença condenatória ou o acordo homologado seja silente quanto ao prazo em que devam ser pagos os créditos neles previstos. OBS.: O recolhimento das contribuições sociais devidas deverá ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo ou de cada parcela prevista no acordo, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no dia 20.	§ 3º, do artigo 11, do Ato Declaratório Executivo Codac nº 46/2011.
Até dia 19	As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas à educação referentes ao arrecadado no período de 01 a 10 deste mês.	§ 5º, do artigo 69, da Lei nº 9.394/1996.
Até dia 19	As Prefeituras devem afixar e enviar à Câmara Municipal os balancetes da Receita e da Despesa do mês anterior.	Art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000 e L.O.M..
Até dia 19	As Prefeituras devem repassar ao Legislativo os recursos financeiros (duodécimo).	Inc. II, do § 2º, do artigo 29-A, e artigo 168, ambos da Constituição Federal.
Até dia 19	Os órgãos públicos que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem recolher à Previdência Social (INSS) a contribuição patronal e o desconto de contribuição dos segurados empregados e agentes políticos. Igualmente recolher as contribuições (20%), incidentes sobre os valores pagos aos prestadores de serviços sem vínculo empregatício – Contribuintes Individuais (trabalhadores autônomos), e demais pessoas físicas, assim como, o valor retido de (11%), mediante desconto na remuneração a eles paga, relativo ao mês da liquidação do empenho. OBS.: O não cumprimento importará na pena imposta pelo Art. 168-A do Decreto Lei n.º 2.848 – Código Penal – Pena – Reclusão de 2 a 5 anos e multa.	Art. 30, inciso I, letra "b" c/c § 2º; artigo 32, inciso IV, ambos da Lei nº 8.212/1991; artigo 4º, da Lei nº 10.666/2003; artigo 225, inciso IV e §§, do Decreto nº 3.048/1999; e Portaria Interministerial MT/MPAS nº 326/2000 c/c Portaria Interministerial nº MPS/TEM nº 227/2005, e inciso III, do artigo 80, da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.
Até dia 19	Os órgãos públicos devem recolher ao INSS as retenções relativas à cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra (11%), das notas fiscais emitidas no mês anterior. OBS.: As Prefeituras, Câmaras, Autarquias Municipais, Fundações Municipais, Entidades de Previdência Municipal, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas Municipais, Consórcios Intermunicipais e Consórcios Públicos (Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005), devem observar a redução do percentual para 3,5%, quando contratarem determinados serviços mediante cessão de mão-de-obra	"caput", do artigo 31, da Lei nº 8.212/1991, e inciso III, do artigo 80, da Instrução Normativa RFB nº 971/2009. § 6º, do artigo 7º, da Lei nº 12.546/2011.



	ou empreitada de mão-de-obra.	
Até dia 19	Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios arrecadadores de multas de trânsito de sua competência ou de terceiros e recolhedores de valores à conta do Funset, devem prestar informações ao Denatran por meio do envio eletrônico do arquivo "M", das multas de trânsito por eles arrecadadas no mês anterior, com as informações previstas no modelo estabelecido no Anexo II, da Portaria nº 95/2015, mediante a utilização de Sistema Informatizado disponibilizado pelo DENATRAN. OBS.: Salvo se o banco já efetuou a retenção.	Art. 11 da Portaria DENATRAN nº 95/2015.
Até dia 19	Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios devem efetuar os repasses dos valores retidos das multas de trânsito arrecadadas no mês passado, relativos aos 5% destinado à conta do Funset. OBS.: Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), arrecadadores de multas de trânsito e recolhedores de valores à conta do Funset, deverão prestar informações ao Denatran até o 20º dia de cada mês, conforme estabelecido no artigo 9º, da Portaria DENATRAN nº 11/2008. Salvo se o banco já efetuou a retenção.	Art. 6º, da Portaria DENATRAN nº 11/2008, alterado pelo artigo 2º da Portaria DENATRAN nº 72/2008.
Até dia 19	As pessoas jurídicas e demais entidades deverão enviar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) inativa. OBS.: Desde que esteja em situação inativa ou que não tenham débitos a declarar, a partir do 2º (segundo) mês em que permanecerem nessa condição.	Inciso IV, do artigo 5º, da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.
Até dia 19	A Prefeitura deve apresentar à Receita Federal, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativa ao mês de janeiro de 2021. OBS.: A DCTF deverá ser elaborada para informar o PASEP transferido à União, como também, as retenções e o recolhimento por meio do DARF, do Imposto de Renda retido sobre serviço prestado sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), honorários de sucumbência, aluguéis, ou, sobre os pagamentos a outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, quando houver a retenção no mês de competência.	"caput", do artigo 9º c/c artigos 3º, 7º e 14, todos da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.
Até dia 19	Os órgãos públicos do Poder Executivo do Município, a Câmara, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pela administração pública do Município, bem como, os consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício, devem apresentar à Receita Federal, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativa ao mês de janeiro de 2021. OBS.: A DCTF deverá ser elaborada somente quando houver a retenção no mês de competência, e o recolhimento por meio do DARF, do Imposto de Renda retido sobre serviço prestado sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), honorários de sucumbência, aluguéis, ou, sobre os pagamentos à outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros.	"caput", do artigo 9º c/c artigos 3º, 7º e 14, todos da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.

Atenciosamente,

GEPAM , 18 de março de 2021.

